



**EU, PROFESSORA DE HISTÓRIA, EM UMA EXPERIÊNCIA COM A ARTE,
AS TEORIAS PÓS-COLONIAIS E OS ESTUDOS SUBALTERNOS: uma
proposta *biogeográfica***

**I, A TEACHER OF HISTORY, IN AN EXPERIENCE WITH ART, POST-
COLONIAL THEORIES AND SUBALTERN STUDIES: a *biogeographic*
proposal**

**YO, PROFESORA DE HISTORIA, EN UNA EXPERIENCIA CON EL ARTE,
LAS TEORIAS POST-COLONIALES Y LOS ESTUDIOS SUBALTERNOS:
una propuesta *biogeográfica***

Marcos Antônio Bessa-Oliveira¹ & Gilmara de Souza de Brito²

Resumo: Este artigo abordará sobre a experiência de uma professora graduada em História-Licenciatura e que, ao ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UUCG, tem contato com possibilidades de se fazer pesquisa até então desconhecidas por ela, inclusive tendo contato com a pesquisa em Artes. E aqui, ela quer apresentar um pouco do que vem aprendendo e absorvendo desde o seu ingresso nesse programa de pós-graduação. A partir das Teorias Pós-Coloniais, dos Estudos Subalternos e do contato com a Arte, as perspectivas teóricas que estão sendo conhecidas vêm contribuindo cada vez mais com seu desabrochar para novas possibilidades que além da pesquisa, incluem também a

¹ Marcos Antônio Bessa-Oliveira, Professor DE/TI na Cadeira de Artes Visuais no Curso de Artes Cênicas e Professor Permanente do Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Educação/PROFEDUC na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UUCG. Email: marcosbessa2001@gmail.com.

² Gilmara de Souza de Brito, Mestre em Educação, Professora no ensino fundamental e médio na rede pública e privada de Campo Grande-MS. Email: profgilmarabrito@hotmail.com.

sua vida profissional e pessoal. Quem aqui escreve é a própria, orientada pelo mesmo professor que a acompanha durante sua pesquisa. E propomos aqui (re)pensarmos sobre nossas próprias vidas, o quanto podemos, sempre, nos abrir para o novo e a partir dele mudar de pensamento, de visão e de possibilidades de vida.

Palavras-chave: *Biogeografias; Pós-Colonial; Crítica Fronteiriça.*

Abstract: This article will discuss the experience of a professor graduated in History-Degree and who, when entering the Professional Master's Program in Education from the State University of Mato Grosso do Sul/UUCG, has contact with possibilities of doing research previously unknown to her, including having contact with research in Arts. And here, she wants to present some of what she has been learning and absorbing since her entry into this graduate program. From Postcolonial Theories, Subaltern Studies and contact with Art, the theoretical perspectives that are being known have been increasingly contributing to their blossoming to new possibilities that in addition to research also include their professional and personal life. Who writes here is his own, guided by the same teacher who accompanies her during her research. And we propose here (re)think about our own lives, how much we can always open ourselves up to the new and from it change of thought, vision and possibilities of life.

Keywords: *Biogeographs; Post-Colonial; Frontier Criticism.*

46

Resumen: Este artículo discutirá la experiencia de un profesor graduado en Historia-Grado y que, al ingresar al Programa de Maestría Profesional en Educación de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul/UUCG, tiene contacto con posibilidades de hacer investigación previamente desconocida para ella, incluyendo tener contacto con la investigación en Artes. Y aquí, ella quiere presentar algo de lo que ha estado aprendiendo y absorbiendo desde su entrada en este programa de posgrado. Desde Teorías Postcoloniales, Estudios Subalternos y contacto con el Arte, las perspectivas teóricas que se están conociendo han contribuido cada vez más a su florecimiento a nuevas posibilidades que además de la investigación también incluyen su vida profesional y personal. Quien escribe aquí es suyo, guiado por el mismo maestro que la acompaña durante su investigación. Y proponemos aquí (re)pensar en nuestras propias vidas, cuánto siempre podemos abrimos a lo nuevo y desde él cambiar el pensamiento, la visión y las posibilidades de la vida.

Palabras clave: *Biogeografias; Post-colonial; Crítica Fronteriza.*

Prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião
Formada sobre tudo

Do que ter aquela velha opinião
Formada sobre tudo
(SEIXAS. *Metamorfose Ambulante.*)

Neste artigo tomarei a liberdade de falar sobre mim, mais precisamente sobre a minha experiência enquanto professora graduada em História e mestranda em Educação no Mestrado Profissional em Educação/PROFEDUC pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UUCG, sendo orientada pelo Professor Doutor Marcos Antônio Bessa-Oliveira que é da área das Artes Visuais e leciona no curso de Licenciatura em Artes Cênicas.³

Procurarei expor o quanto a minha experiência entre História, Educação e Artes vem contribuindo para enriquecer o meu conhecimento e para me fazer refletir sobre diversas questões que antes eu não me questionava, por exemplo: sobre o que é Arte? Além das diversas teorias que permeiam tal reflexão e que acabei por encaminhar a minha pesquisa para um viés histórico e educacional a partir delas, como, por exemplo, o Pós-Colonialismo que é abordado com maior profundidade.

Expor sobre mim e sobre a minha experiência é de tal forma uma perspectiva nova em meus estudos e minhas produções. Pois, escrever a partir do corpo que habito é um conhecimento novo que venho experimentando desde que ingressei no Mestrado e estou tendo contato com tais conceitos e teorias.

O que conheci desde que ingressei na academia como estudante de História, é que a pesquisa para ser científica deve acontecer fora do sujeito, ela é narrada em terceira pessoa, pois o pesquisador investiga, analisa, pontua e etc, porém, numa perspectiva do distanciamento. E, desde que venho tenho contato com novas formas de produzir ciência, tenho pensado cada vez mais nessa possibilidade *de* estar dentro da pesquisa, de me pensar enquanto sujeito ativo dentro dela e, assim, colocar as minhas angústias para pensar em como poderei de alguma forma contribuir para o campo científico, principalmente na Educação que é lá que se encontram os meus questionamentos.

³ Quando da escrita deste texto, estava desenvolvendo a dissertação de mestrado, “Com o Pano em Mãos, Meu Nome é África: Possibilidades Outras Para Além da Implementação da Lei 10.639/2003”, defendida em 2019, sob a orientação do professor Bessa-Oliveira.

Quando pensei em envolver a Arte em minha pesquisa de Mestrado, pensava em mergulhar bem mais no teatro, na dança e na música, os caminhos foram me levando para além de pensar nas práticas artísticas das quais eu tanto admiro, fui sendo levada para uma perspectiva de consciência enquanto sujeito, independente de pensar na História e/ou na Arte, mas também de construir pensamentos através delas.

E os resultados de tais experiências, quero mencionar aqui, talvez de forma superficial, apenas para expor um pouco do que sinto, penso e reflito, pois o quê de mais profundo carrego a partir desses conhecimentos encontra-se no sentimento e na memória do corpo que habito.

METAMORFOSES: possibilidades para as quais podemos e decidimos nos abrir

O mundo está em constante transformação, a própria História nos comprova isso. As sociedades mudam e os sujeitos sociais acompanham tais transformações. E nós, para nos transformarmos no curto espaço de tempo que ocupamos dentro da História da humanidade, devemos também estar abertos para aceitarmos as mudanças.

A graduação em História me fez analisar a vida sobre essa ótica: a da mudança. Compreender que qualquer conhecimento que eu tenha hoje, por mais que pareça uma verdade absoluta, através de estudos e comprovações, ele pode, daqui a alguns anos, não caber mais como um conhecimento absoluto sobre determinado aspecto. Novas descobertas, novos horizontes, novos conhecimentos, tudo isso que é “novo” pode nos trazer perspectivas até então desconhecidas para nós.

E é essa a experiência que venho tendo desde que ingressei como aluna regular no Mestrado Profissional em Educação/PROFEDUC pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UUCG, pois, quando pareceu ser um campo diferente da História, mergulhar na Educação, o desafio foi ainda maior ao me deparar com leituras que fazem relação com as Artes, tendo em vista que o orientador de minha pesquisa em andamento é Artista Visual e leciona no curso de Artes Cênicas.

Desde o início do curso de mestrado, vem sendo apresentado à mim diversas leituras nas perspectivas Pós-Coloniais e nos Estudos Subalternos, sendo

analisadas a partir das perspectivas das Artes, no caso a produção artística de Mato Grosso do Sul.

Esse novo desafio fez com que eu me questionasse, desde o início, qual era o conceito de Arte que eu tinha. Na verdade, percebi que, mesmo admirando as diversas manifestações artísticas, eu não compreendia que, assim como as questões de credo, raça e cor, por exemplo, que acabam por dividir a sociedade, também existem divisões no que tange às manifestações artísticas diversas nas sociedades.

Percebi tal questão ao me deparar com a primeira leitura na área, na qual, intitulada “Arte Urbana, Índio Cidadino – dois pesos, duas medidas – Estética Periférica, Fronteiras (di)Simuladas”, os autores Bessa-Oliveira e Simão tratam da questão artística urbana dos sujeitos marginalizados pela sociedade e das expressões culturais de índios citadinos nas “aldeias urbanas” de Campo Grande/MS, onde eles apresentam os aspectos políticos, econômicos e culturais que tratam desses sujeitos sociais como subalternos, em que suas produções artístico-culturais não são consideradas obras de arte e mesmo quando essas produções são utilizadas pelos representantes da cultura branca, muitas vezes são tratados apenas como ornamentos desta.

49

A partir daí que busquei compreender o que seria esse sujeito subalterno dentro desse contexto, e o porquê de tal nomenclatura. O que só foi de fato compreendido a partir do momento em que fui conhecendo as teorias Pós-Coloniais, principalmente nas perspectivas de Walter Mignolo com os conceitos de *colonialidade do poder*⁴ e *diferença colonial*⁵, que no caso, é sob essas perspectivas que minha pesquisa se debruça.

⁴ O conceito de colonialidade do poder abordado por Mignolo está amparado na abordagem de Aníbal Quijano que afirmava ser “[...] a idéia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social;” (QUIJANO, 2002, p. 4). Portanto, Mignolo se debruça sobre a colonialidade do poder para explicar que o processo de colonização ainda permanece entre os sujeitos que habitam as regiões que foram colonizadas. E ela que faz com que ainda se mantenha em tais territórios o preconceito, a discriminação e a exclusão de determinados sujeitos sociais. Pois, se o processo de colonização teve o seu fim, a colonialidade ainda não, pois ela se mantém viva no imaginário dos sujeitos colonizados.

⁵ Mignolo, a partir da conceituação de colonialidade do poder, afirma que ela relegou aos sujeitos que sofreram o processo de colonização a diferença colonial, sendo uma característica própria do

Mas, de início, fui conhecendo mais das questões artísticas sul-mato-grossenses abordadas por Bessa-Oliveira. Ainda na citada obra juntamente com Simão, fui compreendendo o quanto a Arte possui diferenças e que essas diferenças são levadas em consideração inclusive para marginalizar sujeitos dentro da sociedade.

A partir das abordagens dos autores, fui percebendo que as práticas artísticas dos indígenas de nossa região são marginalizadas, não recebendo sequer a nomenclatura de Arte, pois, essas práticas, sujeitos e lugares não são reconhecidos e devidamente valorizados dentro do contexto artístico, sociocultural, político e econômico branco como representação de suas identidades. Sendo a sua Arte apagada e sua identidade esquecida, trazendo a ideia de que a cultura branca deve ser absorvida por esses sujeitos, pois, assim, farão parte dessa cultura “universal”.

Ou seja, a Arte indígena em nosso território, ainda é tratada sob uma perspectiva colonizadora, da anulação de uma determinada expressão artística, para a absorção de uma outra tida como “evoluída”, “civilizada” e “melhor”.

Da problemática da classe indígena, ressalta a (pré)ocupação do/no solo: classe essa que tem uma simbiótica relação com a produção agropecuária que termina assentada na velha relação de troca de um “espelho” pelo lugar social e epistêmico do índio. **50** Lugar esse que talvez desde o início da colonização no século XVI tenha desaparecido graças às mordaças, vendas e amarras impostas aos índios em todos os seus âmbitos sociais, culturais e etnográficos. Sobre a produção urbana é possível ressaltar que sua problemática está na ideia de (dês)organização dos espaços sociais. Um espaço social que está circunscrito pelas fronteiras reflexivas político-sociais estabelecidas pelas leis de uso e ocupação das cidades pelos sujeitos “sociais”. Esses “espelhos” não são colocados como um simples objeto que reflete os sujeitos das ações, mas são postos como uma proposta para que o índio e os sujeitos à margem do contexto social-urbano olhem para si mesmos de um outro ponto de vista, o ponto de vista do sujeito dominante que tem seu reflexo posto e sobreposto aos índios e marginais – da ótica periférica – ainda na contemporaneidade para que esses vejam a si próprios como objetos inexistentes. (BESSA-OLIVEIRA; SIMÃO, 2016, p. 152-153)

sujeito que habita territórios que foram colonizados. Para Mignolo “A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder” (MIGNOLO, 2003, p. 10)

A apresentação dessa visão que coloca os sujeitos periféricos, que estão sempre à margem, e o indígena, “inserido” em contextos urbanos, como sujeitos subalternos, evidencia que na sociedade eles estão em um “dentro”, quando na verdade estão totalmente fora dos contextos sociais, políticos, culturais e econômicos (brancos), e, dessa forma, acabam por acreditar que a cultura branca é a melhor e que deve, por conseguinte, ser copiada, imitada e reproduzida por eles próprios.

Sendo assim, fica evidente que a colonização teve seu fim, mas a colonialidade ainda não. A colonialidade se erigiu durante a modernidade nas práticas colonizatórias, relegando para os sujeitos colonizados a hierarquização social, na qual, todos aqueles que não expressavam as características do homem europeu branco, hétero, fállico, machista, cristão católico e da elite, foram relegados à base da hierarquia, cabendo a eles o local da subalternidade. E são essas práticas excludentes com as quais convivemos em nossa sociedade que Quijano (2002) e Mignolo (2003) afirmam ser a colonialidade do poder e a diferença colonial.

Fui percebendo, a partir das demais leituras, que o subalterno não tem voz na sociedade, seu discurso é enfraquecido para que tenha lugar apenas o discurso dominante, que, advindo de nosso processo colonizador, é o discurso do branco, europeu, do homem “civilizado”. Sobre os povos indígenas, temos o exemplo da catequização no Brasil colonial. Para domesticá-los e fazê-los reproduzir as práticas europeias, os jesuítas desembarcaram na Nova Colônia para catequizá-los. As práticas dos nativos eram tidas como selvagens, ignorantes, demoníacas e erradas. A visão que os próprios europeus transmitiam de si, era de homens bons, salvadores daqueles que estavam “perdidos”.

Então, pareceu-me mais “fácil”, se é que dá para adjetivar assim, fazer a relação entre Arte, História, Educação e as teorias Pós-Coloniais e os Estudos Subalternos com as quais eu estava me aproximando. Pois, pude perceber que, mesmo sem denominar a minha forma de pensar como um “pensamento descolonial”, as indagações que permeiam tal pensamento já faziam parte de mim, advindas da própria graduação em História.

Ainda sobre as discussões que permeiam o primeiro texto que tive contato, os autores apontam a existência na atualidade do discurso que reforça a necessidade de levar os indígenas para a cidade, defendendo uma forma de socialização. Porém, ao mesmo tempo, dentro do núcleo social branco, o discurso

é de afastamento desses sujeitos, fazendo com que a convivência seja para a perspectiva do indígena sempre a de incorporar a cultura do branco. Ou seja, quebram as fronteiras físicas que separam esses elementos da cultura e erguem as fronteiras imaginárias que continuam proporcionando cada vez mais a exclusão daqueles.

A referida fronteira (real e imaginária, de concreto ou virtual) não deixa de pesar sobre os ombros dos condenados os seus limites intransponíveis por não se estabelecer exclusivamente de maneira física, mas permite por aproximação aos sujeitos que as estabelecem político, econômico e socioculturalmente, que ocupam o mesmo “lugar social” do “índio urbanizado” ou do artista de rua, fazer vistas grossas para esses lugares epistêmicos do índio ou do marginal que existem em potencial. Esses lugares epistêmicos aos quais nos referimos surgem em razão de estarem os nossos conhecimentos (artísticos e como produtores de conhecimentos a partir de nossos próprios conhecimentos; não falaremos em científicos) sempre situados em um determinado lugar, o lugar da subalternização, nas estruturas (entre as fronteiras estabelecidas) pelo/do poder, não sendo possível a ninguém escapar às hierarquias sexuais, de gênero e, como nos interessa em especial, às questões de identidades dos indígenas e da arte urbana: de classe, espirituais, linguísticas, geográficas, raciais e artísticas do sistema patriarcal/capitalista/colonial/moderno. (BESSA OLIVEIRA; SIMÃO, 2016, p. 156-157)

Os sujeitos que detêm os discursos hegemônicos em nossa sociedade não reconhecem o indígena como o dono da terra ou aquele que aqui habitava e viu sua cultura “tomada” para a imposição de outra, do europeu, que tinha por objetivo a dominação e a exploração. Os detentores do discurso hegemônico marginalizam as expressões artísticas advindas dos subalternizados, logo, deve então ter excluída a sua expressão cultural que não tem valor significativo para o seu reconhecimento no campo artístico que tem as regras estabelecidas pelos discursos do branco.

A partir daí, passei a refletir muito sobre diversas práticas que ocorrem em nossa sociedade em relação aos sujeitos indígenas, tendo em vista que o estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do Brasil. E que, podemos perceber diversos discursos preconceituosos afirmando que esses sujeitos não se adaptaram à “civilização”, ao trabalho, são preguiçosos, cachaceiros. E que nesses casos, não há ao menos uma reflexão crítica de nossa construção histórica, que é abordado de maneira errônea, sendo analisada apenas pela perspectiva eurocêntrica e hegemônica permanecendo interpretada de maneira equivocada, como podemos perceber nas palavras de Darcy Ribeiro:

O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto e lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em contra- revoluções sem conseguir jamais, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias sem que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força. (RIBEIRO; 1995, p. 25-26)

O conceito de fronteiras reais e imaginárias também vem fazendo parte das minhas reflexões, principalmente quando abordado a partir de teóricos locais, como por exemplo, Bessa-Oliveira e Edgar Nolasco. A partir das referências de fronteira de Cássio Hissa (2002), os teóricos citados trabalham nas perspectivas de retratarem o que é viver em nossas fronteiras geográficas e imaginárias dos sujeitos sul-mato-grossenses.

Hissa trata da construção de fronteiras como atuação do poder para delimitar e/ou demarcar territórios para que esse poder possa agir, dividindo e separando territórios e sujeitos sociais, sendo que “Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias.” (HISSA, 2002, p.35).

A partir do conceito apontado, os pesquisadores Bessa-Oliveira e Edgar Nolasco trazem as perspectivas de trabalhar as fronteiras para a união e não mais para a separação, e através das concepções de colonialidade do poder, diferença

colonial e gnose ou pensamento liminar⁶ propostos por Mignolo (2003), os pesquisadores trabalham na concepção de epistemologias *outras* para fazer emergir em nosso lócus de enunciação – Mato Grosso do Sul – a nossa História, Arte, cultura e produção de saberes e conhecimentos próprios, que nenhum outro local poderá abordar, pois não vivem a realidade de quem habita tal território.

Para mim, foi um “encontro” de muita identificação ao conhecer as propostas epistemológicas dos pesquisadores citados. Identifiquei-me bastante com tais perspectivas teóricas, pois venho, desde a minha graduação, construindo a minha identidade em torno daquilo que é meu, seja na História, na cultura, na música e em religião, por exemplo. E quando me deparei com tais perspectivas, me vi representada, enquanto sujeito que entende que valorizar o que está ao meu redor, é valorizar a minha identidade e o eu enquanto sujeito que existe.

Bessa-Oliveira propõe os Estudos de Culturas e as *Biogeografias* e Nolasco propõe a Teoria Pós-Crítica, Crítica Subalternista ou Crítica *Fronteriza/Fronteira*, em que todas as propostas são epistemologias *outras*, para além do pensamento moderno. São epistemologias nossas, próprias de nosso lócus de enunciação, enquanto sujeitos fronteiriços, sulbaternizados e periféricos – pois, de acordo com o pensamento colonial/moderno que se erigiu no processo de **54** colonização, essas são as (im)posições que ficaram para nós, sujeitos colonizados e que não habitam os centros de poder, no caso, Europa e Estados Unidos – e que dão conta de pensar *da/na* diferença colonial.

Ao conhecer tais perspectivas epistemológicas, compreendi o quanto é importante falarmos por nós, a partir do nosso local geográfico e habitando o nosso corpo. Pois, enquanto graduanda e graduada em História, muito já refletia sobre as ideias de valorizarmos o que é nosso, porém, não tinha a ideia de falar a partir de mim enquanto sujeito ou refletir sobre o que é ser quem eu sou e transmitir isso aos demais de forma acadêmica. Falar sobre mim parecia muito mais uma prática informal (aos conhecidos/amigos) do que levar para o campo

⁶ A gnose ou pensamento liminar proposto por Mignolo (2003) é o mesmo que propor uma epistemologia *outra*, própria dos sujeitos latino-americanos, que dará conta de abordar a realidade do que é viver sob a diferença colonial. De acordo com o *Dicionário Eletrônico Michaelis de Língua Portuguesa*, “gnose” significa ato ou processo de conhecer ou saber; e, “liminar” significa: o que representa as preliminares de algum assunto, posicionado num local limítrofe, que precede a passagem de um indivíduo a uma nova categoria social.

científico, como, por exemplo, faço agora, ao abordar sobre a minha experiência, na qual, somente eu poderei falar, pois sou eu que habito este corpo e que vem carregando essa experiência.

Sobre os Estudos de Culturas propostos por Bessa-Oliveira, trata-se de epistemologia *outra* pautada na voz do sujeito que erige seu discurso do *lócus* geográfico em que se encontra, através do corpo que habita. E as *Biogeografias*, complementando a proposta dos Estudos de Culturas, trazem em sua proposta *outra* para além da colonialidade do poder também a estrutura de pensar e dar voz ao sujeito a partir do seu *bios* (o sujeito do lugar), do seu *geo* (o lugar de onde esse sujeito erige seu discurso) e as suas *grafias* (as diferentes produções e práticas culturais desses sujeitos e lugares).

Já sobre as propostas de Nolasco é de nos vermos enquanto sujeitos que habitam as fronteiras (im)postas pela colonialidade e que, a Teoria Pós-Crítica, a Crítica Subalternista e/ou a Crítica *Fronteriza*/Fronteira dão conta de fazer com que tais sujeitos se imponham para além daquilo que os centros de poder impõem – que é pensar que tais sujeitos não produzem História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos – e continuam impondo.

E pensando nessas epistemologias *outras*, do *lócus* em que erijo o meu discurso, ele torna-se uma crítica fora do eixo – de poder –, quando compreendo que esse *lócus* é periférico/fronteiriço, tanto pela colonialidade e em relação aos “centros do mundo” (Europa e Estados Unidos), quanto pela colonialidade do poder no imaginário dos sujeitos colonizados em relação às regiões *de dentro* do Brasil quando os mesmos sujeitos-fronteira dividem-se e se separam, relembrando a citação de Hissa (2002) para controlar e impor poder.

É como Nolasco afirma “No Brasil, tudo o que acontece fora dos grandes centros, como Rio, São Paulo e outros poucos centros, está fora do eixo, ou seja, fora de onde os acontecimentos naturalmente deveriam acontecer” (NOLASCO, 2013, p. 43). Essa parece uma condição natural do local (Brasil), que é claramente uma (im)posição por uma construção histórica que privilegiou esse *lócus* (Sudste) em relação à economia, à concentração de indústria, à população migrando para esta região em busca de “oportunidades melhores” de emprego e etc. Porém, ao me colocar enquanto um sujeito que questiona essa (im)posição, eu penso para além da colonialidade do poder como num movimento de descolonização.

E venho então, nesse processo de pesquisa acadêmica, refletindo sobre o pensar descolonial, refletindo sobre o que seria pensar através dessa perspectiva e transpondo tais reflexões para os meus escritos e para aquilo que eu acredito que devo mudar em relação à Educação – que é também o local de onde falo, por ser professora –, e assim, vou me metamorfoseando, como mencionado na epígrafe deste texto.

O pensar descolonial, acredito que seja despojar-se dos preconceitos e dos julgamentos, primeiro, aceitando que os possui, depois, promovendo a retirada prática deles de seus pensamentos e suas práticas. Ser um sujeito descolonizado não é um ato de uma hora para outra ou de um dia para o outro, nem mesmo uma ruptura que acontece em dois anos de uma pesquisa de Mestrado. Mas é um processo, e que talvez, você não consiga por muitos anos e não consiga de fato despojar-se totalmente da colonialidade, porém, desejar e trabalhar contra ela é, com certeza, deixar um pensamento *outro* para nossos descendentes, sejam alunos, filhos, sobrinhos e aqueles que convivem ao nosso redor, para assim, de forma esperançosa, acreditar que está deixando um pouquinho de reflexão sobre igualdade para o mundo.

E a partir dessas perspectivas, em minha pesquisa, originária das reflexões apontadas aqui, a Lei 10.639/2003⁷ que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira pode, é e deve ser questionada. O questionamento parte de refletir o porquê, em nossa sociedade, necessitamos de uma lei para nos obrigar a trabalhar dentro da educação sobre o que é necessariamente óbvio – a História e cultura de um povo que tanto contribuiu para nossa formação sócio-histórico-cultural: óbvia se não estivéssemos vivendo sob a colonialidade do poder.

Claro que a resposta não é tão difícil de compreender, pois vivemos sob a égide do preconceito, do racismo e da exclusão, tanto dentro da sociedade, quanto

⁷ Art 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

dentro do sistema educacional brasileiro. E essa pesquisa – aqui no artigo e a pesquisa maior – busca fazer uma relação entre sociedade e Educação, pensando na proposta de levar tais reflexões para o campo educacional, em busca de questionar o próprio sistema e propor possibilidades *outras* para buscarmos de fato uma escola democrática e não mais excludente.

Dentro dos questionamentos que a pesquisa faz, surgem as propostas de epistemologias *outras*, descoloniais, para (re)significarmos a nossa História, a Arte, a cultura e produção de saberes e conhecimentos dentro do processo educacional.

Partimos da ideia de que apenas implantar leis e torná-las obrigatória não é o suficiente para tornarmos a escola democrática e buscarmos uma sociedade justa e igualitária. As perspectivas que buscamos é a de propormos mudanças gerais de pensamento e de atitudes a partir do pensamento descolonial e da busca pela valorização do que é nosso, essencialmente latino-americano, brasileiro, sul-mato-grossense e campo-grandense, que são de fato, os *lóci* dos quais erigem o nosso discurso, e concordamos que, enquanto não valorizarmos as nossas origens, não seremos mesmo produtores de História, de Arte, de cultura, de saberes e de conhecimentos, e continuaremos a não existir dentro do que a colonialidade do **57** poder implantou em nosso território a partir da colonização.

E assim, valorizando e (re)significando a cultura afro-brasileira, que é nossa por excelência, buscamos o Turbante enquanto elemento dela e o tomamos enquanto objeto ilustrativo epistêmico *outro* para darmos voz e vez a essa cultura tão rica e que muito contribuiu para a nossa formação sócio-histórico-cultural. E porque não lembramos que eles também construíram economicamente para o crescimento Brasil, já que trabalharam tão duro?

Ao pensar sobre tais questões muito me questionei, pois, enquanto sujeito buscando dar voz e vez aos subalternos, via-me nos traços da subalternidade determinados pela colonialidade do poder, porém, não sou e nunca fui um sujeito que utiliza o Turbante em seu dia a dia. Tenho profunda admiração, contudo, não sou assídua na utilização do Turbante. E em todo o processo de escrita da pesquisa, me perguntava de que forma abordaria esse elemento cultural carregado de tanta História, cultura e tradição, sem que recaísse em contar sobre aquilo que não é meu, sem que eu agisse da mesma forma que a colonialidade sempre fez, que é falar pelo o outro sem dar espaço para que ele o faça/seja.

E então, pude compreender que o Turbante, enquanto elemento da cultura afro-brasileira, faz parte da minha cultura, e que ele, mesmo que não faça parte do meu dia a dia, exerce uma simbologia quando utilizado esporadicamente – que é o meu caso – e que, o que preciso é valorizar o seu significado enquanto eu o utilizo, pensando sempre que ele é um elemento carregado de simbologia e que, enquanto ele se fizer presente em minha identidade, mesmo que seja em alguns momentos, ele deve ser respeitado, valorizado e me representar enquanto sujeito pertencente à essa cultura.

E assim, mais uma vez me vi como a “metamorfose ambulante” citada na epígrafe, música com a qual eu adentrei no palanque no momento da minha colação de grau em História no ano de 2010. Pois naquele período, a partir dos conhecimentos adquiridos, vi o quanto mudei como pessoa, o quanto havia me lapidado e mudado tanto de opinião sobre diversos conceitos e/ou pré-conceitos que possuía antes de entrar na universidade. Percebia-me ali, como uma metamorfose, sempre com a possibilidade de mudanças – e ainda bem que compreendo que sempre posso mudar – e de novos conhecimentos.

A partir de meu ingresso no curso de História-Licenciatura, mudei muito as minhas concepções em relação à religião, à sociedade, sobre as relações interpessoais e até sobre mim e o meu compromisso com a sociedade enquanto cidadã. E desde então venho me transformando e me refazendo cada vez mais como numa metamorfose. E tenho plena certeza de que os conhecimentos adquiridos durante a minha pesquisa no Mestrado através do envolvimento com as Teorias Pós-Coloniais, com os Estudos Subalternos e com a Arte têm contribuído ainda mais para que eu me transforme enquanto sujeito.

58

CONSIDERAÇÕES finais

Apresentar um pouco de minha experiência e expor um pouco de minhas vivências aqui neste artigo já demonstra um novo conceito de pesquisa da qual venho tomando consciência, o de “pensar e escrever em primeira pessoa”. Pensar que podemos escrever a nossa própria história, contar que viver as nossas experiências é uma perspectiva *outra* de (re)pensar a pesquisa dentro das academias - na História, na Arte ou na Educação.

Escrever enquanto sujeito que se coloca na pesquisa é um conhecimento novo adquirido por mim durante o Mestrado. E a possibilidade de apresentar um

pouco disso tudo neste breve texto é contribuir para um pensamento *outro* que visa instituir um pensamento descolonial, no qual, não sejamos apenas sujeitos que tenham as suas histórias contadas, mas que as contem para apresentar ao mundo a sua perspectiva.

(re)Pensar dessa forma é fruto do que venho conhecendo a partir das epistemologias *outras* propostas por Quijano, Mignolo, Bessa-Oliveira e Nolasco, por exemplo, teóricos apresentados aqui e que trazem como alternativas de visibilidade a sociedade latino-americana, brasileira, sul-mato-grossense e campo-grandense da qual eu faço parte.

Por isso, espero aqui ter contribuído para que outras pessoas possam também tornar-se metamorfoses, que acreditem que sempre podem mudar de pensamento, de conceitos e quebrar paradigmas, buscando uma sociedade mais justa, igualitária e pensando que mudar a si mesmo é o primeiro passo para construirmos uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. SIMÃO, Lenardo Reinalt. *ARTE URBANA, ÍNDIO CITADINO – dois pesos, duas medidas – ESTÉTICA PERIFÉRICA, FRONTEIRAS (DI)SIMULADAS*. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 37, n. 2, p. 151-162, jul./dez. 2016.

BRASIL. *Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2018.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MICHAELIS, *Dicionário*. Editora Melhoramentos, 2018. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 27 de set. de 2018.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanitas).

NOLASCO, Edgar César. *Perto do Coração Selbaje da Crítica Fronteriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

QUIJANO, Aníbal. “*Colonialidade, poder, globalização e democracia*.”. *Novos Rumos*, Marília, ano 17, n 37, p. 4-28, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed.. Companhia da Letras. São Paulo, 1995.

SEIXAS, Raul. *Metamorfose Ambulante*. 1973. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/raul-seixas/48317/>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

Artigo Recebido em: 05 de outubro de 2018.

Artigo Aprovado em: 03 de maio de 2019.

